

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO E
RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FMPRMA.
31 de MAIO DE 2019**

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta minutos em 2ª chamada realizou-se a 4ª Reunião Extraordinária do Fundo Municipal de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente - FMPRMA, Gestão 2019/2021, na sala de reuniões da SEMAM, localizada à Praça dos Expedicionários nº 10, 9º andar, com a seguinte Ordem do Dia:1. Apresentação de projeto e plano de trabalho para limpeza da área de mangue - Instituto EcoFaxina - William Rodriguez Schepis. Presentes: Sr. Marcos Libório, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente (SEMAM), Sras. Viviane Amaral Ferreira (Secretária Adjunta/SEMAM), Vivian Fernanda Mendes Merola (UNISANTOS/COMDEMA), Luciana Schlindwein Gonzalez (OAB/COMDEMA), Marly Alvarez Cimino (PRODESAN/COMDEMA), Elenilda Pereira da Silva Apóstolo (AEAS/COMDEMA e Sr. Fernando Santana de Azevedo (Assessor Técnico/SEMAM) e Sra. Sandra Santos Cunha (SEACON/SEMAM). Justificativa de ausência: Sr. Lupércio Teixeira Filho (SEFIN). Convidados: Sra. Juliana Aguiar Pires (SAAF/SEMAM), Srs. Paulo Batista de Oliveira (SEMAM) e William Rodriguez Schepis (Instituto Ecofaxina). O presidente agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião informando que em março/2019, ocorreu o término do convênio de 18 meses do "Projeto RECICLACENTRO" (Ong Sem Fronteira) referente a coleta de resíduos recicláveis atendendo sobretudo lojistas e comerciantes do centro de Santos, sendo utilizadas 10 recicletas (bicicletas adaptadas). Informou que a Ong por iniciativa própria não interrompeu a coleta. Comunicou que as recicletas no decorrer do projeto tiveram desgaste, havendo a necessidade de reparos. Sr. Paulo salientou que com o encerramento do convênio a Ong não tem incumbência da continuidade no serviço e ressaltou que quando se abriu o edital do FMPRMA um dos eixos era resíduos sólidos no qual se aprovou programas que tivessem início, meio e fim, que envolvessem associações, ong's ou cooperativas de catadores que seriam usados como piloto para estabelecimento de a política pública. Sra. Vivian perguntou se deu certo. Sr. Paulo informou que sim. O presidente comunicou que faz parte da Política Nacional de Resíduos Sólidos fortalecer cooperativas. Sra. Viviane perguntou se há necessidade de edital para a manutenção da recicletas. Sr. Fernando informou que o conselho é supremo podendo definir ou não pela contratação da empresa. O presidente salientou que é um incentivo a coleta da região central estando também lincada ao projeto RECICLA. Reiterou que neste momento estariam aprovando orçamentos para despesas e não a contratação. Sra. Luciana sugeriu que 1º se traga os orçamentos das recicletas com valor unitário de cada uma para depois se aprovar. Sra. Elenilda perguntou qual a garantia que a Ong dará quanto a manutenção das recicletas. O presidente informou que será elaborado termo de conservação ou de responsabilidade. Sra. Marly reiterou a necessidade do termo. Na continuidade o presidente apresentou a proposta de aprovação em até R\$10.000,00 para realização da manutenção das recicletas do projeto RECICLACENTRO veiculados a apresentação de orçamentos. Colocada em votação a proposta foi aprovada pelo conselho por 05 votos. Sra. Luciana não manifestou voto, pois aguardará a apresentação dos orçamentos que ocorrerá na próxima reunião dia

14/06. No item 2, o presidente informou que a apresentação de propostas para projetos de limpezas dos manguezais e recolhimento de resíduos na área dos mangues, é um desejo antigo. Participou sobre o projeto Pescador Ecológico em fase de edital podendo sair ou não, sendo uma prerrogativa da prefeitura. Comunicou que o Instituto Ecofaxina tem proposta de projeto na prefeitura tramitando há anos, e recentemente foi desenhado um termo de cooperação com soluções de contorno, ressaltou que neste há pendências quanto a liberação de área do SPU e da CETESB para a implantação do projeto. O presidente salientou que a apresentação foi solicitada para que tenham detalhamento do projeto. Na sequência passou a palavra ao Sr. William. Este iniciou a apresentação informando que a proposta foi apresentada em 2009 e visa a recuperação de áreas degradadas de mangues, sendo também uma ferramenta de congelamento de favelas. Constando neste, solicitação de cessão de área (atualmente localizada no bairro do Jardim São Manoel) para recolhimento de resíduos serão e também a utilização de ecobarreiras. Este informou que hoje o recolhimento ocorre informalmente pelos moradores (maioria jovens) e que há expectativa dos moradores e o interesse das indústrias (Ambev e Coca-Cola) que conhecem o projeto. Participou sobre duas reuniões com a Coca-Cola; 1ª com representantes do departamento de sustentabilidade, na qual definiu-se que aguardariam o alinhamento sobre acordo de cooperação técnica Instituto/Município; 2ª com representantes do departamento de sustentabilidade, área de relações institucionais e da comunidade Vila Gilda que trabalham com pesca e também com coleta de resíduos da maré, a pauta foi ecobarreiras. Informou que o único documento que o Instituto tem é um Título Utilidade Pública. Sr. William enfatizou a necessidade de termo de cooperação técnica do Instituto/Município (não envolvendo recursos do município) para que a iniciativa privada embasada juridicamente, possa efetuar parceria. Comunicou sobre fechamento de acordo de cooperação com o Instituto Oceanográfico no desenvolvimento de modelagem do transporte dos resíduos sólidos para instalação das ecobarreiras. Sra. Luciana perguntou se a falta do acordo de cooperação estaria impedindo o investimento da Coca-Cola. Sr. William informou que sim, com a existência deste, haveria segurança jurídica para parceria. Sra. Vivian perguntou se cessão de área do SPU seria para a triagem dos resíduos. Sr. William respondeu que sim, seria para a instalação de galpão. Este reiterou que no período de 10 anos, o processo passou por três presidentes de Meio Ambiente, com três minutas, e que no momento, o gabinete do prefeito está em interlocução com a SPU e aguardando manifestação deste. Sra. Vivian perguntou se a área é de APP. Sr. William confirmou, contudo, é uma área degradada e o projeto é para recuperação ambiental. Sr. Paulo explicou que a área cedida é para fins habitacionais (Urbanização) que é de responsabilidade da COHAB. Participou que o que tem que ser feito agora, é o desafeto da área como habitacional, e devolução deste para a União, para que o Instituto Ecofaxina e esta, possam firmar termo de cessão de uso de área. Sra. Vivian sugeriu realizar o investimento por fases, primeiro das ecobarreiras, e condicionada a segunda fase à liberação do SPU, onde seria construído o galpão. O Sr. William disse que não sabe se pode ser feito em fases, e salientou que se for apresentada alternativas ao Instituto Ecofaxina, dá não necessidade de área para instalação das ecobarreiras, as instalará conforme alternativa apresentada. Sra. Luciana pontuou sobre a possibilidade de investimento só nas ecobarreiras, enfatizou a questão da liberação do galpão, pois

depende de conversa do município com o SPU. O Sr. William reiterou que a interlocução com SPU está ocorrendo. O Presidente complementou comunicando que a prefeitura está aguardando a manifestação do SPU quanto a cessão de área. O Sr. William Participou que está em conversa com o Ministério do Meio Ambiente, e informou que existe Lei Federal que autoriza cessão de área principalmente se for tratado diretamente com a União e na questão em si, a área já foi cedida ao município, sendo preciso apenas da anuência do SPU. O Sr. Paulo reiterou que a cessão da área é para uso habitacional. Sra. Vivian disse que pelo que foi exposto, a responsabilidade é da COHAB. O Sr. William respondeu que sim, e destacou que após autorização do SPU, passará pela análise da CETESB para o licenciamento ambiental. Reforçou que o caráter do projeto é de proteção ambiental e a intenção é recuperar e evitar poluição marinha. Sra. Viviane relatou sobre processo do projeto do Instituto Ecofaxina questionado pela procuradoria por estar sem área (galpão) e por não apresentar alternativa quanto a destinação do resíduo após sua retirada do rio. Sra. Vivian destacou que é preciso flexibilizar, achar alternativa para os entraves que tem paralisado o projeto. Sra. Luciana lembrou que são 10 anos para aprovar esse projeto. O presidente lembrou que neste período a legislação foi alterada, trazendo mais morosidade. Sra. Marly ressaltou que a questão processual foge da alçada desse Conselho. Sra. Luciana perguntou se existe a possibilidade do projeto integral das ecobarreiras, condicionando a outra parte. O presidente disse que é preciso um plano de trabalho que se adeque, sendo apresentado em duas fases e sem cessão da área. O conselho solicitou a reapresentação do Projeto do Instituto Ecofaxina (plano de trabalho) em duas fases: 1ª implantação das ecobarreiras e destinação dos resíduos e rejeitos; 2ª colocação de galpão para triagem e beneficiamento dos resíduos após acessão de área, na próxima reunião do fundo dia 14/06 às 9h. Sra. Luciana participou que a Semam conta com uma excelente equipe, que colabora e traz informações, agradeceu ao Sr. William pelos esclarecimentos. O presidente lembrou que o projeto é metropolitano com Santos, São Vicente e Cubatão, parabenizou e agradeceu o Sr. William pela apresentação. Este agradeceu e convidou a todos para ação de limpeza no mangue dia 02/06 e retirou-se. O presidente solicitou ao conselho contribuição de propostas (projetos) transformadoras e informou que dia 05/06 na reunião do COMDEMA, será assinado pelo Prefeito, decreto que veda a utilização do uso de Plástico Único nas Repartições Públicas do Município a SEMAM terá prazo de 30 dias e as demais Secretarias até 2020, e meta no PDR da prefeitura. Sra. Luciana informou sobre projeto transformador para saúde ambiental no tratamento de esgoto das palafitas. O Presidente indicou para este, ser apresentado na reunião do fundo em julho e depois no Comdema. Sra. Luciana convidou a todos para o encontro da Semana do Meio Ambiente na OAB dia 03/06 às 9h00. A seguir, o Sr. Marcos Libório agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Eu, Glaucia Santos dos Reis lavrei a Ata que, depois de aprovada pelo Conselho, será assinada pelo Sr. Presidente.

MARCOS LIBÓRIO